

HABEAS CORPUS Nº 494.085 - SP (2019/0046710-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VITOR HUGO RAMOS BARBOSA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de VITOR HUGO RAMOS BARBOSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que desproveu o Agravo em Execução n.º 9000379-56.2018.8.26.0032.

Consta dos autos que o Paciente, no curso do livramento condicional, praticou novo delito, motivo pelo qual o Magistrado de origem revogou o benefício e fixou a data da falta grave como novo termo inicial para fins de benefício, à exceção de livramento condicional, comutação e indulto.

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, pleiteando a interrupção do prazo em relação a todos os benefícios, inclusive livramento condicional, comutação e indulto.

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento à insurgência ministerial para determinar o reinício do lapso temporal, a partir da data do último crime ou prisão, também para fins de livramento condicional. O acórdão foi assim ementado:

"EMENTA: Agravo em execução. Unificação de penas. Decisão da origem que, ao unificar as penas impostas ao sentenciado em execuções distintas, fixou o regime fechado e determinou a interrupção do lapso temporal para a obtenção de benefícios executórios, exceto livramento condicional, indulto e comutação. Inconformismo ministerial. Cometimento de novo crime que configura marco inicial para contagem de tempo para fins de benefícios, exceto indulto e comutação de penas (Súm. N.º 535 do C. STJ). Precedentes fortes na jurisprudência. Agravo parcialmente provido, para determinar o efeito interruptivo para fins de obtenção de livramento condicional."

Daí o presente *writ*, no qual a Impetrante sustenta que o acórdão combatido viola o art. 111 da Lei n.º 7.210/1984 – que trata somente da somatória das penas e da consequente fixação de regime – e a Súmula n.º 441 deste Tribunal Superior.

Requer, liminarmente e no mérito, seja cassado o acórdão e restabelecida a decisão do Juiz de primeiro grau, "*com a manutenção da data da primeira prisão para o cálculo da fração para o livramento condicional*" (fl. 9).

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

O Juízo da execução, ante o cometimento de crime doloso pelo Reeducando, no curso de livramento condicional, proferiu a seguinte decisão (fls. 18-20):

"O livramento condicional deve ser revogado, pois o sentenciado veio a ser condenado, em decisão definitiva, por crime cometido na vigência do livramento condicional, dando origem ao Processo n.º 11571/2014, da 2ª Vara Criminal de Praia Grande/SP (execução 02).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 86, inciso I, do Código Penal, e artigo 140 da Lei de Execução Penal, REVOGO o livramento condicional e fixo o regime fechado, para cumprimento da pena restante.

O tempo que o sentenciado permaneceu em livramento condicional não poderá ser computado como de efetivo cumprimento de pena, nos termos do art. 88 do CP. Outrossim, novo pedido de livramento condicional não poderá ser concedido em relação à mesma pena, nos termos do art. 142 da Lei de Execução penal.

Expeça-se mandado de prisão.

Passo, doravante, a análise da falta grave ocorrida em 23/06/2014 (data do crime supracitado).

A prática de crime doloso durante o livramento condicional configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 52 da LEP. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:

[...]

Quanto à questão de fundo, impende ressaltar que a 'falta grave' é um minus em relação ao 'crime', de modo que certa a condenação pelo crime, certa será, também, a prática de falta disciplinar de natureza grave.

Isso porque não há que se questionar a existência da falta grave ou sobre quem seja o seu autor quando estas questões já se acharem decididas no Juízo Criminal. Portanto, desnecessária a oitiva judicial do sentenciado.

Certa a prática de falta grave, tanto que transitada em julgada a condenação, cabe ao juízo da execução penal tão somente a imposição das consequências legais da já reconhecida falta disciplinar.

Assim, diante da prática de falta grave, impõe-se a aplicação do artigo 127 da Lei de Execução Penal com a perda de 1/3 do tempo remido, ante a gravidade da falta disciplinar (crime doloso), que frustra sobremaneira os fins da pena.

Com nova condenação, mostra-se necessária a unificação das

penas, nos termos do artigo 111 da Lei de Execução Penal.

[...]

Nessa senda, tendo em vista a quantidade total de penas, a natureza dos delitos e a personalidade voltada para o crime, a fixação do regime fechado é medida que se impõe no caso concreto.

Ante o exposto:

a) reconheço a falta disciplinar grave cometida pelo sentenciado em 23/06/2014;

b) determino a regressão do sentenciado ao regime fechado, nos termos do art. 118, I, da LEP;

c) declaro a perda de 1/3 do tempo remido, iniciando novo período a partir da data da última infração julgada (art. 127, da LEP);

d) fixo o regime fechado para cumprimento das penas impostas nas execuções 01/03."

Em embargos de declaração opostos pelo Ministério Público, o Magistrado supriu omissão apontada, nos seguintes termos (fl. 26):

"É caso de conhecer os embargos, porque atendidos aos requisitos legais.

A data a ser considerada por termo inicial de benefícios, com exceção do livramento condicional, comutação de pena e indulto é a da última prisão ou falta grave, se não houver fato mais recente que interrompa o lapso para benefícios.

Isso porque este Juízo passou a aplicar as Súmulas 441 e 535, ambas do Colendo Superior Tribunal de Justiça que dispõem que a prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de obtenção do livramento condicional, comutação de pena ou indulto.

Ante o exposto, conheço e ACOELHO PARCIALMENTE os embargos opostos pelo Ministério Público para, sanando a omissão da decisão de fls. 50/51, considerar como termo inicial para benefícios a data da última prisão ou falta grave, somente para progressão de regime.

No mais, fica mantida a decisão de fls. 50/51 por seus próprios e jurídicos fundamentos."

O Tribunal a quo cassou o decisum de origem, sob o seguinte fundamento (fls. 44-46):

"A discussão travada nos autos cinge-se à extensão do efeito interruptivo, já determinado quanto à progressão de regime, ao livramento condicional, à comutação e ao indulto.

Com efeito, de rigor a extensão da interrupção do lapso também para fins de livramento condicional, nos moldes propostos pelo Ministério Público, que se acolhe parcialmente, apenas quanto àquele benefício.

Nessa hipótese — especificamente quanto ao livramento condicional, portanto —, o efeito interruptivo encontra fundamento na orientação de precedentes do E. Supremo Tribunal Federal (HC nº 100.062, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, j. 20.abr.2010).

Daí porque, a despeito do teor da Súmula nº 441 do C. Superior Tribunal de Justiça, ele deve ser determinado, data venia.

E não poderia ser outra a solução, até sob pena de se obter resultado incoerente com a interrupção do lapso para fins de progressão de regime, possibilitando que o condenado que não tenha cumprido o período necessário para progredir — isto é, para o menos - já tenha, entretanto e para o mais, preenchido o requisito objetivo do livramento condicional.

Assim e desde que não extinta a pena, na hipótese de cometimento de novos delitos, como aqui, imprescindível o reinício da contagem do prazo para fins de livramento condicional.

Por outro lado, e nos exatos moldes do entendimento recentemente sumulado pela Súmula nº 535 do C. Superior Tribunal de Justiça, o mesmo efeito interruptivo não se estende ao indulto e à comutação de penas, benefícios cujos requisitos são os previstos, com exclusividade, em Decreto

Presidencial:

[...]

Daí porque não se acolhe o recurso ministerial nesse ponto.

POSTO, mantido o mais decidido, dá-se parcial provimento ao agravo, para determinar o reinício do lapso temporal, a partir da data do último crime ou prisão, também para fins de livramento condicional."

Verifica-se, de pronto, que o acórdão impugnado afastou expressamente a aplicação da Súmula n.º 441 do STJ, por entender que a orientação jurisprudencial desta Corte Superior afronta entendimento do STF.

Nesses termos, diante da probabilidade de direito e do perigo na demora, deve ser concedida a tutela provisória de urgência, a fim de que incida, desde logo, o entendimento de que "A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional" (Súmula 441, Terceira Seção, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010).

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções Penais.

Comunique-se, com urgência, o Tribunal de origem e o Juízo de primeira instância.

Devidamente instruídos os autos, dispense o pedido de informações.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

